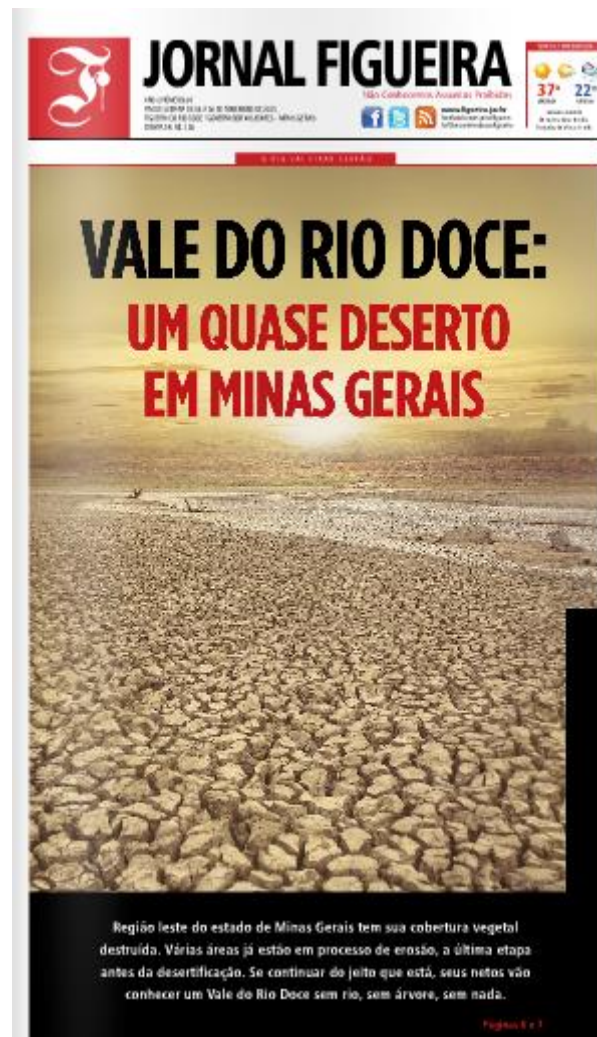


CLIENTE: CBH-Doce
VEÍCULO: Jornal Figueira
DATA: 06/11/2015

[Leia reportagem completa](#)



VALE DO RIO DOCE PEDE SOCORRO

Processo de erosão e redução da cobertura vegetal dá impressão de seca total em grande parte da região Leste



Gina Fogú

Viajando pelas rodovias que ligam Governador Valadares ao Vale do Aço (leia-se BR-381) e de Valadares à Cultura (BR-259) não é mais possível ver a pastagem verde, as árvores robustas ou água jorrando de montanhas. Hoje, tudo lembra um deserto. A mata nativa quase já não existe mais, a bovinocultura extensiva continua presente, da água que viria das nascentes não há uma gota, secaram.

Sem apontar culpados, três entidades, Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT), elaboraram um documento em que apresentam um levantamento por ocasião do Momento Ambiental III, com propostas de sugerir diretrizes para o desenvolvimento do Vale do Rio Doce, partindo da realidade rural desta região e do tema central: "Erosão nas terras do Vale do Rio Doce".

Nos debates entre especialistas e entidades, a erosão, a bovinocultura e suas consequências diretas e graves foram assuntos que podem explicar a situação de degradação ambiental vivida hoje pelo que é considerada ainda parte da Mata espessa dos que acompanham o desenvolvimento da região é clara. Antônio Borges, coordenador do CIAAT, explica que a bovinocultura extensiva ainda é a grande responsável pelo problema da aparente desertificação. "Temos fazendeiros que tomaram as terras dos posseiros e, assim, implantaram a cultura de criação de gado em nossa região. E isso é passado de pai para filho e vigora até hoje. Também temos de considerar as queimadas no pasto, o que empobrece o solo. Os dois juntos traem como consequência o fim da flora e fauna nativas, das nascentes e rios, porque a erosão se torna algo corriqueiro e a terra fica inutilizável para eles. Os grandes proprietários de terra não querem mudar a forma de produzir leite pastilado para uma técnica alternativa, como o projeto Balde Cheio, e não se preocupam em preservar."

Henrique Lobo, representante da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH-Doce, explica que não há desertificação, mas a destruição da cobertura vegetal. "Na ver-



Tempo seco favorece a destruição do solo



Solo seco e arenoso é realidade no Vale do Rio Doce



Falta de vegetação causa diversos estragos para a sociedade

dade, não temos um processo de desertificação e sim de esvaziamento da cobertura vegetal. O nosso clima não é de deserto, ele é um clima tropical com chuvas de verão e inverno seco – sempre foi em toda a história de ocupação da Mata Atlântica Estacionária que se originou nesta região. A floresta foi eliminada e substituída por pastagens africanas que, ao longo desses cem anos de ocupação, perdeu o seu vigor e tem um aspecto de esvaziamento da cobertura das solos."

Dados

O coordenador do CIAAT explica que o Vale do Rio Doce sofre muito com a devastação. "Originalmente coberta por Mata Atlântica, a destruição do homem restringe a mata original basicamente à área do Parque Estadual do Rio Doce e a poucas áreas preservadas por fazendeiros ou outros inciativos. As demais matas correspondem a uma vegetação que su-

freu influência antrópica (relativa à ação do homem) intensa, constituindo-se em vegeta-



Antônio Borges participou de estudo que mostra o processo de erosão do solo da região

ção secundária. Estima-se que menos de 7% da área possuem hoje cobertura vegetal. Destes, menos de 1% encontra-se em estágio primário."

Ainda segundo pesquisas realizadas pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), 95% das terras da bacia constituem pastos e capoeiras (vegetação rala, de pequeno porte, que nasce em lugar do mato velho derrubado), demonstrando a predominância da atividade pecuária. Na zona rural encontram-se vastas áreas em estado avançado de desertificação, locais entulhados (que é o processo por meio do qual um corpo de água adquire níveis altos de nutrientes, especialmente fosfatos e nitratos, provocando o posterior acúmulo de matéria orgânica em decomposição), nascentes desprotegidas e processos erosivos. Foram extintos mais de 90% da cobertura vegetal original.

Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam ainda que na região do Médio de Rio Doce, de Tumiritinga

a Aimorés, nota-se um estado avançado de degradação ambiental, quando se perderam, entre as décadas de 1970 e 1980, cerca de 40% de sua população. Em Minas Gerais, a bacia do rio Doce é caracterizada como a região que mais perdeu população: 615.259 habitantes entre 1970 e 1991.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) afirma que dados coletados pela estação de Governador Valadares entre os anos de 1975 e 2004 apontam para a tendência à desertificação da região com consequente extinção de espécies de plantas e animais.

Antônio pontua que os prejuízos dessa degradação atingem a todos – natureza e homem. “Além dos prejuízos para agricultores, que amargam queda da produtividade das lavouras e do gado, e não sabem mais o que produzir, a instabilidade climática também provoca mudanças na saúde e no bem-estar do homem. Vivemos em uma região onde é normal termos picos de calor e ausência de chuva, mas esses períodos estão cada vez mais extensos. O ano de 2015 é considerado um dos períodos de seca, mas, em 2016, estão previstas muitas chuvas. No entanto, a estiagem está severa demais.”

Esperança

Henrique Lobo é incisivo: a falta de consciência no manejo do solo é uma das causas-problemas para situação identificada hoje, mas afirma que a desertificação não vai acontecer. “A prática das queimadas para limpeza dos pastos associada ao superpasteio do gado sobre os solos foi repetida ao longo dos anos por gerações. Mesmo com essa perspectiva não acredito que a desertificação venha a acontecer. O nosso clima não permite chegar a esta situação. É possível recuperar os solos em que temos respostas rápidas, como em Aimorés, na Fazenda Bucão, de 640 hectares, do Instituto Terra, recuperada nos

últimos 17 anos. Outros exemplos são a mata ciliar da orla da Ilha dos Araújos, recuperada em dez anos, e a mata ciliar do bairro Elvamar, em sete. Tem como fazer e poderemos começar pelas nascentes. Se recuperarmos 5.000 nascentes nos próximos cinco anos, cercando 0,8 hectares e plantando 150 árvores nativas por cada nascente, teremos, no final, 4.000 hectares recuperados de mata nativa e plantado 750 mil árvores. E, assim, poderemos seguir em frente. Precisamos recuperar 370.000 nascentes na bacia hidrográfica do rio Doce para restaurá-la.”

Estudos do IEF apontam para um processo de pré-desertificação do solo e afirmam que a situação ainda não é irreversível e a regeneração natural do solo é possível, assim como evitar o avanço da degradação ambiental local.

A região de Governador Valadares está em um processo de acidificação do solo, um processo que pode levar à desertificação caso não haja mudança de comportamento. Esse processo de acidificação do solo é devido ao excesso de alumínio no solo, que aumenta o risco de danos à vegetação, causando redução de nutrientes no solo, o que compromete a fertilidade do solo e da vegetação. Todos esses fatores contribuem para uma futura desertificação do solo.

Com o desafio de se recuperar o que já foi perdido, na reunião promovida no evento do Momento Ambiental III, representados pelos órgãos da EMATER, IEF, comitês de bacia, associações de produtores e outros participantes, foram citadas diversas propostas com o intuito de se resolver o problema da produção versus conservação ambiental. Dentre essas, podem-se destacar as tecnologias sociais, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a condução da regeneração natural.

Além disso, foram apontadas pelo grupo as seguintes tecnologias que podem ajudar na recuperação do meio ambiente e na preservação do que resta: Tecnologia Social Balde Cheio



Henrique Lobo acredita que é cedo para falar de desertificação

(Embrapa); Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), da Fundação Banco do Brasil; sistema de manejo florestal sustentável; sistemas agroflorestais (SAFs); sistema alley cropping (plântio em consórcio); sistema mulchestrato; sistema agrossilvipastoril; sistema silvipastoril; Projeto Barraginhas (Embrapa); uso de paliçadas; plântio direto de plantas nativas e leguminosas para recuperação de áreas degradadas; incentivo à subsolagem, ao terraceamento e ao uso de curvas de nível – entre outros.

Crise hídrica

Lucinha Teixeira, presidente da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos do CBH-Doce, afirma que a crise hídrica já acontece no rio Doce e que recuperar nascentes e topos de morros, construir barraginhas e fazer o controle de sedimentos são algumas das ações que podem ser realizadas para aumentar a quantidade de água. São ações prioritizadas pelas CBHs com atuação na bacia do Rio Doce, para os próximos cinco anos, em áreas consideradas prioritárias, mas os resultados destas ações são a médio e longo prazos.

“No momento, observamos situações diferentes nas regiões da Bacia do Rio Doce. Em alguns municípios, os rios secaram e/ou tornaram-se intermitentes. Nestes casos, o que temos observado é a perfuração de poços, muitas vezes sem vazão de água suficiente para garantir o abastecimento. Em outros casos, como do rio Doce em Colatina e Governador Valadares, a vazão do rio é suficiente para abastecer a área urbana do município, mas o sistema de captação de água existente não consegue captar a água disponível. Para se ter uma ideia, em um dos piores momentos da estiagem este ano, a vazão do rio Doce, próximo a Governador Valadares, era de 66 metros cúbicos por segundo, o que equivale a 66 mil litros por segundo. Para abastecer toda a área urbana são necessários 1,2 metro cúbico por segundo ou 1.200 litros por segundo. É justamente por ter água disponível que são instaladas as bombas submersas.”

Em agosto do ano passado, o CBH-Doce realizou reunião com vários SAAEs, COPASA, consórcios de saneamento, entre outros. Na oportunidade, a meteorologista do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) Paula Pereira informou que, mesmo se tivéssemos chuva dentro da normalidade até o final de 2014, ainda não se resolveria o déficit hídrico, que já vinha de dois anos hidrológicos consecutivos. Foi feito ainda o alerta de que se a precipitação no trimestre, incluindo novembro e dezembro de 2014 e janeiro de 2015 fosse abaixo da média, a situação de estiagem se agravaria muito durante o ano de 2015, o que veio a se confirmar.

Lucinha lembra que a falta de tratamento de esgoto na maioria das cidades da Bacia do Rio Doce contribui para degradação da natureza no entorno dos rios e faz com que este problema tome proporções ainda maiores. “Não existe tratamento de esgoto na maior parte dos municípios da Bacia do Rio Doce, o que compromete a qualidade da água e agrava ainda mais a situação da escassez de água.”